

Parlamento Europeu adia decisão sobre biocombustíveis

A decisão final do Parlamento Europeu de limitar a produção de biocombustíveis de primeira geração foi adiada para 2014. Em Portugal, os grandes produtores de biocombustíveis estão a tentar reduzir custos com a importação de matéria-prima.

O choque entre a produção de biocombustíveis e a indústria alimentar tem motivado um amplo debate a nível global e na esfera europeia. Em Bruxelas, e depois da “euforia” dos primeiros anos, o sector de biocombustíveis tem sido alvo de múltiplos estudos que apontam impactos ambientais ao nível da ocupação de uso de solo e do aumento das emissões de gases com efeito de estufa, assim como efeitos económicos na cadeia de valor da produção agrícola. Em Setembro, o Parlamento Europeu aprovou, em primeira leitura, uma nova legislação que pretendia fixar um tecto máximo de seis por cento para a incorporação de biocombustíveis convencionais – produzidos a partir de cereais, oleaginosas e outras culturas energéticas – nos combustíveis rodoviários. Até agora, este valor estava fixado em dez por cento até 2020. A ideia era estimular a produção de biocombustíveis de segunda geração, baseada na utilização de algas ou resíduos, para a qual era fixada uma quota de 2,5 por cento.

A votação da segunda leitura do diploma foi, no entanto, adiada no passado dia 17 de Outubro, numa reunião do comité de Ambiente do Parlamento Europeu. O Conselho Europeu terá agora de submeter uma nova proposta à apreciação dos eurodeputados, o que não deverá suceder antes de Maio de 2014, quando está prevista a realização de eleições europeias.

Um estudo do Centro Comum de Investigação da União Europeia estimava que, se os subsídios à produção de

biocombustíveis de primeira geração fossem removidos, os preços de produtos alimentares seriam reduzidos em 50 por cento na Europa e em 15 por cento no resto do mundo. A pressão sobre a procura conduz a um aumento dos preços dos produtores alimentares. Já a Agência Europeia do Ambiente apontou a elevada libertação de gases com efeito de estufa associada à produção de biocombustíveis com tecnologias de primeira geração e o facto de a União Europeia não ter solo arável suficiente para produzir o biocombustível necessário para cumprir a meta dos dez por cento.

Para Jaime Braga, representante da Associação Portuguesa de Produtores de Biocombustíveis (APPB), o impacto ambiental e económico atribuído aos biocombustíveis está sobrestimado, porque inclui toda a cadeia de valor agrícola, que contempla não só o óleo, mas também a farinha produzida a partir destas culturas usada na pecuária. “Se não fosse o valor da farinha, não se cultivaria soja”, exemplifica. O grão de soja dá origem a mais de 80 por cento de farinha e 18 por cento de óleo. No caso da colza, esta proporção é de 58 por cento de farinha e 42 por cento de óleo. Estas duas matérias-primas alimentam mais de 80 por cento da indústria nacional. O óleo de palma exerce uma maior pressão sobre o ambiente mas, sendo de menor qualidade, é menos usado no nosso país.

O responsável da associação considera ainda prematuro este estímulo aos biocombustíveis de segunda geração,



“Neste momento, a única alternativa ao biodiesel é o gasóleo”, diz Jaime Braga

dado que estes produtos ainda não estão “suficientemente maduros” para cumprir as especificações exigidas para integração directa no gasóleo ou na gasolina. “Neste momento, a única alternativa ao biodiesel é o gasóleo”, garante.

Produção a meio gás em Portugal

Em Portugal são produzidas anualmente cerca de 300 mil toneladas de biocombustível para incorporação em gasolina e gasóleo rodoviários. Em 2012, esta incorporação foi de 5,7 por cento na gasolina e de 6,7 por cento no gasóleo. Este volume de produção corresponde, no entanto, a cerca de metade da capacidade instalada em Portugal, estimada em cerca de 600 mil toneladas. Face à quebra no consumo, a associação está agora a apostar na redução da importação de matéria-prima através de uma campanha de produção de óleo de colza em terras frias, durante a época

de Inverno (entre Outubro e Maio). “Se não há petróleo em Portugal, planta-se”, é o mote da campanha que já atraiu a atenção do sector agrícola. “Ainda há espaço para culturas de Inverno em muitos terrenos”, observa Jaime Braga, assegurando que “o objectivo não é substituir culturas alimentares”.

A expectativa da associação é que seja possível atingir um nível de produção até 100 mil hectares “sem colisão grave com a área alimentar”, apostando em particular nas regiões de Trás-os-Montes e Beira Baixa e na margem esquerda do rio Guadiana. Em 2014, a ideia é avançar com uma experiência pioneira numa área não inferior a 1000 hectares.

A APPB integra as empresas Sovena, Iberol, Biovegetal, Torrejana e Prio, responsáveis por cerca de 90 por cento da produção de biocombustível para incorporação em transporte rodoviário. Neste mercado participa ainda a Enerfuel, detida pela Galp Energia.

Joana Filipe

Comissão aprova lista de projectos-chave de infra-estruturas energéticas

A Comissão Europeia adoptou, no passado dia 14 de Outubro, uma lista de cerca de 250 projectos-chave de infra-estruturas energéticas que beneficiarão de procedimentos acelerados de licenciamento e de melhores condições regulamentares. Estes projectos de interesse comum (PIC) podem ainda ser objecto de apoio financeiro ao abrigo do Mecanismo Interligar a Europa, para o qual foi previsto um orçamento de 5,85 mil milhões de euros, tendo em vista o

investimento em infra-estruturas energéticas transeuropeias no período 2014-20.

Estes projectos visam permitir aos Estados-membros uma melhor integração dos mercados energéticos, contribuindo para a diversificação de fontes e possibilitando que sejam lançadas na rede quantidades maiores de energias renováveis, reduzindo assim as emissões de CO₂.

Os projectos elegíveis poderão, assim, beneficiar de procedimentos mais

céleres de concessão de licenças (prazo-limite de três anos e meio) através de uma autoridade nacional competente única, e deverão ainda ter custos administrativos mais baixos “devido a uma maior simplicidade dos procedimentos de avaliação ambiental, no respeito das exigências impostas pelo direito da União”, pode ler-se no comunicado da Comissão Europeia. A lista contempla 140 projectos no domínio do transporte e armazenagem de electricidade, e cerca de 100 no

domínio do transporte e armazenagem de gás e GNL, bem como diversos projectos relativos a petróleo e redes inteligentes.

Há três projectos portugueses incluídos na lista: dois deles visam o reforço das interligações eléctricas entre Portugal e Espanha, e o terceiro constitui a terceira interconexão de gás natural entre os dois países, através da extensão em 310 km do gasoduto entre Celorico da Beira e Bragança e Zamora, em Espanha.

J. F.